

UMA ANÁLISE SOBRE A APOSENTADORIA DE SERVIDORES PÚBLICOS DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE CIDADES DO RIO GRANDE DO SUL

RUBENS MARQUES OBELAR RAMOS¹; MARÇAL DE OLIVEIRA NUNES, RAFAEL DORVALINO DAIELLO VIEIRA²; KÁTIA GISLAINE BAPTISTA GOMES³

¹ Universidade Federal de Pelotas – rubensobelar01@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas– marçaldeoliveiranunes@yahoo.com.br; rafaeldaiello@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – gomeskat@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Considerando as políticas trabalhistas no Brasil, a aposentadoria é garantida a todos os cidadãos que atendam as exigências mínimas. Nesse contexto encontra-se os servidores públicos da área de segurança pública. Os quais desenvolvem uma atividade de alto risco, onde este servidor está acostumado a uma rotina perigosa e muito ativa. Por isso, para estes servidores, adota-se uma política pública de aposentadoria diferenciada, em que os requisitos mínimos são diferentes dos demais servidores. Mesmo assim, tanto para estes trabalhadores, a ideia de parar de trabalhar é algo que leva à reflexão, por não termos entendimento sobre como será a reação diante deste momento em que, súbitamente, se para de exercer uma atividade rotineira, que ocupa o tempo e muitas vezes é o centro da vida humana, onde se estabelece não apenas laços sociais, como também financeiros e pessoais, com a ideia de realização pessoal. Essa mudança brusca entre estar em atividade e não estar mais atinge fortemente os servidores analisados. Com base no exposto o presente estudo tem como objetivo analisar os impactos deste momento para estes servidores das cidades de Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande, situadas no Estado do Rio Grande do Sul. E especificamente busca-se compreender como reagem com a aposentadoria, descrever como se dá essa transição, e identificar quais atividades foram desenvolvidas após a aposentadoria.

1.1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1.1. SEGURANÇA PÚBLICA

A Segurança Pública é um dos temas mais discutidos na atualidade, sendo a mesma resguardada pelo Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida por cinco órgãos responsáveis, com intuito de preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio (BRASIL, 1988). Esta atividade, entretanto, carrega junto consigo vários ônus para os que a exercem. Cavedon (2014) demonstra, ao levantar os dados da Coordenação do Projeto de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública, alguns destes ônus, sendo eles:

a desvalorização e visão negativa da sociedade para com eles; a ausência de apoio institucional; carência de equipamentos; falecimento de companheiros de trabalho e de vítimas diante da impossibilidade de salvá-las; treinamento inadequado.

Diante desses pontos, a aposentadoria é o momento onde tais servidores podem se distanciar dessa dura realidade em que vivem, sendo a fase de

tranquilidade ou até mesmo ocorrendo uma certa abstinência desta realidade conturbada e muito ativa.

1.1.2 APOSENTADORIA

A aposentadoria é um momento importante na vida das pessoas, pois representa o momento em que se rompe o vínculo com o trabalho, que é, segundo BETINA et al. (2011), “um meio essencial para a integração social e a autorrealização do indivíduo”. Destaca ainda que a preparação é grande influenciadora da maneira como será vista a aposentadoria, seja de modo positivo, seja de modo negativo, como um período de incertezas (BETINA et al., 2011). Porquanto, a identidade que o trabalho dá para o homem pode ser vista, de maneira mais expressiva que nos demais serviços, no caso dos militares, pois, ALMEIDA; LEITE (2012) explicam que, para estes servidores, existe uma grande dificuldade em separar a vida pessoal com a profissional, já que se exige algumas características exclusivas, tais como dedicação exclusiva, mobilidade geográfica, disponibilidade permanente, etc., além de uma boa parte residirem em vilas residenciais militares.

Diante dessa dificuldade apresentada, faz-se necessário programas para tornar menos brusca a ruptura com o trabalho. O Poder Público dá suporte para a preparação à aposentadoria, com a Lei 10741/2003, que garante que será criada e estimulada programas que preparem, por meio de estímulos a novos projetos sociais, e ações que visem esclarecer os direitos sociais e de cidadania (BRASIL, 2003). Essa preparação, seja fornecida pelo Poder Público, pelas empresas privadas e até por conta própria do trabalhador, se dá importante pois, Almeida; Leite (2012, p. 237), nos mostram que:

as pessoas não costumam pensar que um dia vão parar de trabalhar, ou se pensam, o fazem como algo distante, que só trará benefícios, tais como a libertação dos horários e da rotina. Porém, com o tempo, depois de conquistada a tão sonhada liberdade, não se sabe o que fazer com ela.

2. METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido no Estado do Rio Grande do Sul, nas cidades de Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande, a população da pesquisa é constituída por servidores públicos da área da Segurança Pública. Quanto à natureza da pesquisa, constitui-se de um resumo de assunto, que é “um tipo de pesquisa que contribui para a ampliação da bagagem cultural do estudante, preparando-o para, futuramente, desenvolver pesquisas mais amplas e trabalhos originais” (ANDRADE, 2010, p. 111) a amostra foi definida através de um questionário qualitativo, onde “tudo pode ser mensurado numericamente, ou seja, pode ser traduzido em números, opiniões e informações para classificá-las e analisá-las” (MATIAS-PEREIRA, 2016, p. 88) valendo-se de pesquisa aplicada, cujo objetivo é “gerar conhecimentos para a aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos” (IDEM, p. 88). Os dados foram coletados no período de 1/07/2018 a 25/07/2018, com um questionário composto por doze questões. Quanto ao tipo de pesquisa valeu-se da pesquisa exploratória através de levantamento bibliográfico - que tem como finalidade, sobretudo quando bibliográfica, “proporcionar maiores informações de um tema do trabalho; definir os objetivos, ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o

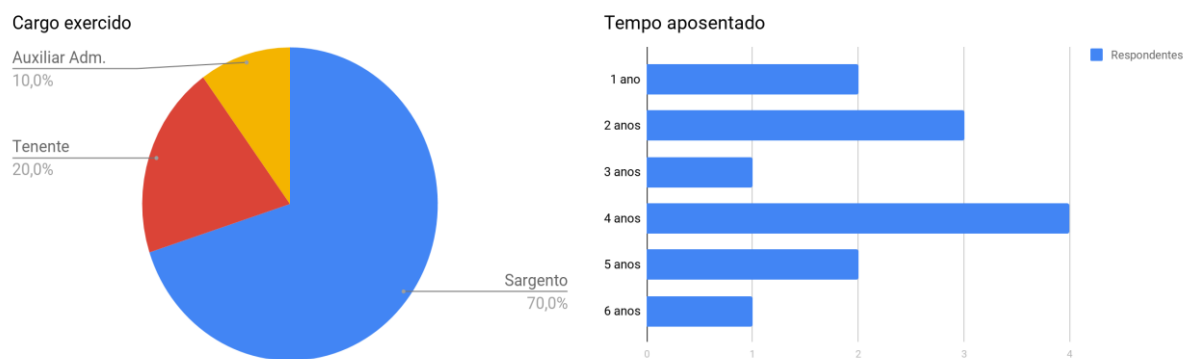
trabalho que se tem em mente” (ANDRADE, 2010, p. 112) - sobre a aposentadoria dos servidores já citados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

PERFIL DOS RESPONDENTES

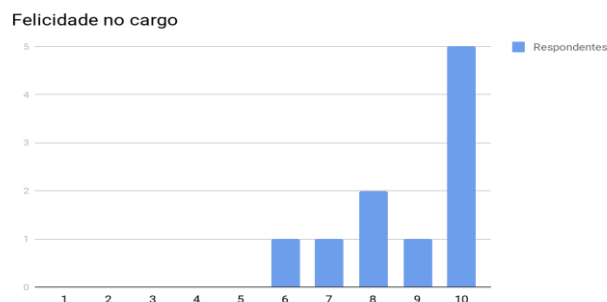
O questionário continha 4 (quatro) questões, referentes à idade, cargo, tempo de serviço e tempo aposentado. Os resultados serão demonstrados nas tabelas a seguir:

Idade média	51,6 anos
Tempo trabalhado médio	30,9 anos
Porcentagem de tempo médio na Segurança Pública	95,33%



ANÁLISE DA APOSENTADORIA

Alguns pontos pertinentes à aposentadoria foram analisados, valendo-se de 8 (oito) perguntas, tais como nível de felicidade com o cargo exercido, expectativas para a aposentadoria, preenchimento destas expectativas, preparação, retorno à atividade, qualidade da aposentadoria, atividades pós-aposentadoria. Constatou-se uma média alta de felicidade quanto ao cargo exercido, 8,8 pontos, sendo 1 (um) muito infeliz e 10 (dez) muito feliz. O seguinte gráfico mostra a relação das notas:



Sobre a expectativa dos entrevistados, constatou-se uma relação entre as expectativas e o quanto foram preenchidas ao se aposentar. Nos casos onde elas

eram passar mais tempo com a família, descansar, entre outras expectativas mais pessoais, pode se perceber uma nota maior do que nas demais. Evidenciou-se que, mesmo com a criação da Lei n. 10741/2003, os únicos que se prepararam foram os 40% que se prepararam por conta própria, sendo que 50% destes teve a sua aposentadoria influenciada por essa preparação. O único que retornou à atividade o fez por motivos pessoais. Enquanto isso, aqueles que não voltaram a exercer atividade na segurança pública demonstraram estar gostando deste novo período nas suas vidas, e apontaram como algumas das suas ocupações sendo: estudos, tarefas de casa, viagens, cuidar de si e trabalhos por conta própria.

4. CONCLUSÕES

Os resultados demonstraram que, apesar das condições tensas e caóticas em que esses servidores se dispõem, a maioria busca se mostrar mais presente nas relações pessoais e familiares, visto que esta profissão faz com que, nos períodos de atividade, tais profissionais acabem se distanciando das suas famílias. Essa aproximação demonstrou ser um pilar para o bem-estar destes servidores, que se mostraram felizes com o cargo exercido, mesmo diante das diversas condições que foram vistas como atenuantes da hipótese de que seriam menores os níveis de satisfação destes com o seu emprego. Conclui-se, desta forma, que, apesar das condições estressantes em que são submetidos os profissionais analisados, ainda há uma grande satisfação com o trabalho que exercem e uma certa tranquilidade com essa nova etapa da vida. O contínuo estudo sobre este tema faz-se necessário, com o objetivo de aprofundar a pesquisa e continuar percebendo como este momento afeta a vida dos servidores analisados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Valeria de Figueiredo Studart Maia de; LEITE, Ligia Silva. Avaliação do Programa de Preparação para a Reserva e Aposentadoria do Comando da Aeronáutica. **Revista Meta: Avaliação**, S.I, v. 4, n. 12, p. 232-249, 2013.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo: Atlas, 2010.

BITENCOURT, Betina Magalhães et al. Para além do tempo de emprego: o sentido do trabalho no processo de aposentadoria. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, p. 30-57, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL, Lei n. 10741, de 1º de out. de 2003. **Estatuto do Idoso**, Brasília, DF, 2003.

CAVEDON, Neusa Rolita. A qualidade de vida no trabalho na área da Segurança Pública: uma perspectiva diacrônica das percepções olfativas e suas implicações na saúde dos servidores. **Organ. Soc.**, online, vol. 21, n. 68, p. 875-982, 2014.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2016.